

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2017

(Do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar o tema “Violência, assassinatos e criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, em data a ser marcada pela Comissão, de Audiência Pública, para tratar do tema “Violência, assassinatos e criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”.

JUSTIFICAÇÃO

Em denúncias feitas na esfera Internacional sobre as violações cometidas contra defensoras e defensores de direitos humanos (ddhs) no Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da

Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o alarmante número de defensores e defensoras assassinados no país.

Só ano passado 33 DDHs foram assassinados no Brasil, segundo levantamento realizado pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. No ano de 2015, 50 pessoas foram mortas por conflitos agrários no país, número que já era superior aos dos últimos 12 anos.

Entre os assassinatos levantados pelo comitê estão o de quatro indígenas do povo Guajajara, da Terra Indígena (TI) Arariboia, no Maranhão, ocorridos no intervalo de menos de um mês, entre os dias 26 de março e 22 de abril de 2016. Também está incluso nesse levantamento o atentado contra o MST ocorrido em Quedas do Iguaçu, Paraná, em abril deste ano. No ataque, dois trabalhadores morreram e várias pessoas ficaram feridas.

O aumento da criminalização dos movimentos sociais também tem crescido de forma alarmante no país. Denúncias de interceptações telefônicas e monitoramento de movimentos sociais foram realizadas recentemente, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) em São Paulo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Brasil já havia sido condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (OEA) pelo uso de interceptações telefônicas ilegais em 1999 contra associações de trabalhadores rurais ligadas ao MST no Paraná.

Diante do exposto, solicito a aprovação da realização da Audiência Pública, sugerindo desde já, que sejam convidados para participar: REPRESENTANTE DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Paulo Cesar - paulo@cptnacional.org.br), REPRESENTANTE DA CONSELHO INDIGENISTA

MISSIONÁRIO (assessoriajuridica@cimi.org.br), Movimento dos Sem Terra (Diego Vedovato - diegodhrs@gmail.com) Coletivo Margarida Alves (Thais - tatacsa@hotmail.com), REPRESENTANTE DO COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS (Layza - Layza@terradedireitos.org.br), APIB (Sônia Guajajara - Soniaguajajara@coiab.com.br), CEFEMEA (Joluzia - joluzia@cefemea.org.br), Transrevolução (Indianara -indiarrj@hotmail.com), além da coordenadora responsável pelo Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Por essas razões apresentamos o presente requerimento.

Sala das Comissões, 27 de março de 2017.

LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Deputado Federal (PT/PB)